Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Alberto Fraga (DEM/DF)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei dos Crimes Hediondos, para prever o cumprimento integral da pena em regime fechado no caso de lesão corporal gravíssima ou lesão corporal seguida de morte praticadas contra agentes de segurança pública. Aumenta as frações de cumprimento da pena para a progressão de regime em todos os crimes hediondos e equiparados. Revoga a hipótese de crime hediondo para a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Assunto: Jurídico - Direito Penal e Penitenciário

Data de Leitura: 14/11/2017

Tramitação encerrada

Decisão: Rejeitada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 15/02/2018 - REJEITADA

Despacho:

14/11/2017 (Despacho inicial)

null

Análise

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Eduardo Lopes (encerrado em 07/02/2018 - Substituído por "ad hoc")

Senador José Pimentel (Relator Ad hoc) (encerrado em 07/02/2018 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

01/03/2018 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

21/02/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício SF nº 184, de 21/02/18, comunicando ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que foi arquivado definitivamente, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 143/17 (fl. 33)

Ao arquivo.

15/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: REJEITADA

Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2017

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrou-se no dia 9 de fevereiro o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação da presente matéria.
Ao Arquivo.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 131 - DSF nº 6

15/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

07/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que continue sua tramitação, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno.
Prazo: de 08/02/2018 a 09/02/2018

Publicado no DSF Páginas 114 - DSF nº 3

07/02/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

07/02/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

07/02/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador José Pimentel, em substituição ao Senador Eduardo Lopes.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

Publicado no DSF Páginas 239-247 - DSF nº 3

12/12/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 18h50min, o relatório reformulado do Senador Eduardo Lopes, com voto contrário ao Projeto.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

06/12/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Juntei, às 11h45min, o Voto em Separado do Senador Humberto Costa, contrário ao Projeto por inconstitucionalidade e antijuridicidade.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017

TRAMITAÇÃO

29/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Na 53ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Presidência concede vista aos Senadores Humberto Costa e Wilder Morais, nos termos regimentais.
Encaminhada cópia do Relatório do Senador Eduardo Lopes e do avulso da matéria aos Senhores Senadores.

24/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

24/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 13h30min, o relatório do Senador Eduardo Lopes, com voto favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

14/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Eduardo Lopes.

14/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

14/11/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 56-59

14/11/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processado contém 12 (doze) páginas numeradas.
Aguardando leitura

13/11/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Apresentado em 13/11/2017 17:35

Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2017

DOCUMENTOS

PLC 143/2017

Data: 13/11/2017
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

Avulso inicial da matéria

Data: 14/11/2017
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Data: 24/11/2017
Autor: Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ)
Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação Legislativa: Recebido, às 13h30min, o relatório do Senador Eduardo Lopes, com voto favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Voto em Separado

Data: 06/12/2017
Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação Legislativa: Juntei, às 11h45min, o Voto em Separado do Senador Humberto Costa, contrário ao Projeto por inconstitucionalidade e antijuridicidade.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 12/12/2017
Autor: Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ)
Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação Legislativa: Recebido, às 18h50min, o relatório reformulado do Senador Eduardo Lopes, com voto contrário ao Projeto.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 07/02/2018
Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 1ª Reunião CCJ

P.S 2/2018 - CCJ

Data: 07/02/2018

Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2017

DOCUMENTOS

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador José Pimentel, em substituição ao Senador Eduardo Lopes.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

OFSF 181/2018

Data: 16/02/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o arquivamento Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 143, de 2017.